



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
AMARELEJA**

**ATA N.º 9**

-----Aos 3 dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sala de sessões da Junta de Freguesia de Amareleja, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 7 referente à sessão ordinária de 19/12/2014;

----- Ponto 2: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 8 referente à sessão extraordinária de 30/01/2015;

----- Ponto 3: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2014;

----- Ponto 4: Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Junta de Freguesia;

----- Ponto 5: Apreciação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira;

----- Ponto 6: Diversos;

**ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO** -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia**, António Branco Angelino, após verificar a existência de quórum deu início à sessão eram vinte e uma horas e trinta e dois minutos, leu a ordem de trabalhos. -----

----- **PRESENCAS** -----

----- **Registaram-se as seguintes presenças:** António Branco Angelino, Agostinho de Jesus Oliveira Caro, José Carlos Lucas Batista, Nélia Sofia Moreira Marvão, Manuel Estevão Marques Martins, Carla Alexandra Ramos Dias, Maria da Conceição Pereira Antunes Batista, Mário Filipe Grosso Campaniço e Fábio José da Conceição Branco. -----

----- **AUSÊNCIAS** -----

----- Não houve ausências a registar. -----

----- **PRESENCIA DOS ELEITOS DA JUNTA DE FREGUESIA**-----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- Estiveram presentes na sessão o Presidente do executivo António José Valadas Gonçalves, a tesoureira Florbela Fontes Bonito e o secretário Alfredo Manuel Frasquilho Guerra. -----

### ----- PERIODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- O senhor Presidente da Assembleia começou por informar que o ponto n.º 4 da ordem de trabalhos seria retirado uma vez que não houve tempo de concluir o inventário. Seguidamente passou a ler a correspondência. Leu uma carta da Provedoria da Justiça (**Doc.1**) sobre a residência dos eleitos locais, disse que esta carta tinha a ver com a questão da retirada das ajudas de custo à senhora Maria da Conceição. Disse que houve posteriormente em sede de recurso parecer da Provedoria da Justiça. Relativamente a este assunto disse que conforme referiu na Assembleia de Freguesia onde foi decidido retirar essa benesse, nada o demoveria, caso houvesse alguma entidade com um parecer contrário ao seu, de voltar a pagar as Ajudas de Custo, acatando de bom-tom um parecer diferente do seu. Disse que no caso da Provedoria da Justiça, o parecer não é vinculativo, mas como só tem uma palavra, iria rever a decisão tomada voltando à primeira forma, dizendo que a senhora Maria da Conceição voltaria a ter direito às Ajudas de Custo. Disse que existia sobre esta matéria jurisprudência para uns factos e para outros factos também. Disse que quando tomou a decisão referiu também a jurisprudência que lhe serviu de base e fundamentação. Disse que nada o movia contra a pessoa em questão e que se houvesse um parecer diferente do seu e com alguma fundamentação legal reveria a sua decisão, dizendo que a partir de agora seriam repostas as Ajudas de Custo, com efeitos retroativos, à senhora Maria da Conceição. Disse ainda que, no entanto o executivo iria ter em atenção que, se por questões de tesouraria, o pagamento não puder ser feito de uma só vez, poderá ser feito de forma faseada. Seguidamente disse que tinha recebido uma Carta da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (**Doc.2**), e leu a conclusão da mesma. Disse que mais uma vez foi a senhora Maria da



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Conceição que recorreu ao CADA, e que, diz o CADA, que a queixa é intempestiva, e que o CADA não se pronuncia, nem se pode pronunciar. Disse que segundo a conclusão do CADA, só o que falta aos eleitos da CDU, é terem acesso ao acordo relativo à transferência do Perímetro Florestal do Baldio. Disse que, respondendo a um email que lhe foi dirigido pela bancada da CDU, reiterou a posição que já tinha assumido, dizendo que os eleitos da CDU, não tem, nem podem ter acesso às negociações da transferência do Perímetro Florestal do Baldio, porque ainda não está concluída a negociação. Disse que tinham feito uma contra proposta à proposta apresentada pela Autoridade Florestal Nacional e que estavam em fase de negociação. Disse que não poderia facultar o documento aos eleitos da CDU, enquanto o mesmo não fosse definitivo. Seguidamente disse que tinha recebido uma carta da bancada da CDU sobre a questão da marcação da Assembleia (**Doc.3**), leu a carta. Disse que sobre esta carta, manteve a marcação da Assembleia para este dia e que fundamentou com questões de agenda. Disse que enquanto a bancada da CDU recorreu talvez aos juristas do partido, a coisa andou bem, pois estavam a falar a mesma linguagem. Disse que neste caso tinha sido feita uma interpretação ADOC, referiu o artigo 13.º, disse que a bancada da CDU esqueceu-se do artigo 14.º onde são referidas as competências do Presidente e dos secretários e que diz que compete ao Presidente da Assembleia de Freguesia convocar as sessões ordinárias e extraordinárias. Disse que recebeu também uma proposta de ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Publica do STAL (**Doc.4**), que tinha a ver com a questão do aumento para as 40 horas de trabalho semanal. Disse que esta proposta tinha a ver com a reposição das 35 horas de trabalho, coisa que ele próprio há muito vinha reclamando, dizendo que assim o Estado dê essa permissiva. Disse que tanto quanto sabe, por enquanto ainda não havia nenhuma alteração em relação a essa matéria e que assim sendo não havia nada a fazer pois o que lhe interessava era a legalidade das coisas. Referiu a lei n.º 68 de 2012, disse não havia alterações e que a mesma estava em vigor. Disse que esta não era uma



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

competência da Assembleia mas sim do executivo, mas que o executivo tinha que se reger pela lei. Disse que só quando houver da parte do governo uma lei nova que permita de novo laborar com as 35 horas é que se faria essa alteração. Disse que não queria que a Junta de Freguesia de Amareleja fosse mais uma Junta, como há muitas Juntas e Câmaras pelo país que estão fora da Lei, disse que não coabitava com isso. Disse que recebeu uma carta do senhor Domingos Martins sobre o arrendamento de uma loja no Posto de Vendas **(Doc.5)**, leu a carta e disse que a mesma poderia ser discutida no ponto diversos. Disse que tinha ainda recebido um email da bancada da CDU **(Doc.6)** onde era solicitado o Inventário, disse que sobre esse assunto já tinha falado e que neste momento ainda não se encontrava elaborado o inventário. Seguidamente perguntou se algum dos presentes tinha alguma questão a apresentar no período antes da ordem do dia. -----

----- O senhor Agostinho Caro pediu a palavra, cumprimentou os presentes e disse que gostaria de ser esclarecido relativamente aos motivos que levaram à alteração da data da última Assembleia de janeiro. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia pediu à funcionária para o situar, disse que não se recordava exatamente de quais os motivos que levaram a essa alteração de data. -----

----- A funcionária esclareceu que a assembleia teria sido marcada para o dia 24 de janeiro e que posteriormente o senhor Presidente teria enviado um email a solicitar a alteração da mesma para o dia 30, email esse que foi reencaminhado para todos os eleitos. -----

----- O senhor Presidente disse que não se recordava exatamente do motivo que terá levado à alteração da data mas que assim que se recordasse daria a informação. -----

----- A senhora Maria da Conceição pediu a palavra começando por cumprimentar todos os presentes. Disse que era uma pena que tivesse que intervir neste ponto, que nem ponto era, mas que obrigatoriamente tinham que ser repostas verdades. Disse que às vezes até parecia que se estava a brincar



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

com as leis e com a leitura das cartas de maneira a enganar quem está a ouvir. Disse, relativamente ao pagamento das ajudas de custo, que lamentava que a Junta de Freguesia ou o executivo estivessem com problemas de tesouraria, mas que não aceitava que fossem pagas de forma faseada pois as mesmas já estavam em dívida há mais de um ano e que este problema tinha sido criado única e exclusivamente por culpa do senhor Presidente da Assembleia. Disse que o mesmo fez uma interpretação da lei abusiva, disse que por diversas vezes foi dizendo, até com um ar provocatório, que não percebia porque é que ela própria tinha recorrido ao Provedor da Justiça, quando o seu conselho era que recorresse para o Tribunal Administrativo. Disse que recorreu pessoalmente, porque era uma questão pessoal, para o Provedor da Justiça, para não recorrer para o Procurador Geral da República pois isso poderia trazer muito mais complicações. Disse que tinha consciência de que o Provedor da Justiça era um órgão consultivo, que não tinha poder deliberativo mas que ainda assim tinha a instância seguinte, referindo-se ao Procurador Geral da República. Disse que o senhor Presidente da Assembleia afirmou várias vezes que havia jurisprudência, disse que a jurisprudência recaia sobre matéria que não era exatamente aquela que tem a ver com o membro da Assembleia Maria da Conceição. Disse que essa tinha sido uma interpretação feita pelo senhor Presidente da Assembleia, dizendo que o mesmo tem direito a fazê-la, mas que essa interpretação na sua opinião estava errada. Disse que tendo ela mais do que uma residência, como a lei lhe permite, o senhor Presidente optou por uma, desconhecendo ou ignorando que toda a correspondência que é enviada pela Junta de Freguesia vai para a morada de Lisboa e que nunca, à exceção da convocatória enviada quando se encontrava em Angola, nenhum outro documento foi devolvido. Disse que podia ainda apresentar a passagem na Via Verde que comprova a sua deslocação de Lisboa diretamente para a Amareleja em todas as Assembleias. -----  
----- O senhor Presidente da Assembleia disse que o que estava em discussão não era se a lei tinha sido bem ou mal interpretada, pois já tinha sido



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

concluído que a senhora Maria da Conceição iria ter direito novamente às ajudas de custo. Disse que não pretendia discutir com a senhora Maria da Conceição a interpretação que fez da lei. No que respeita às dificuldades ou não de tesouraria da Junta de Freguesia disse que não afirmou existirem e que disse apenas que na hipótese de haver dificuldades o pagamento poderia ser feito de forma faseada. -----

----- A senhora Maria da Conceição voltou a referir que se há estrangulamento de tesouraria foi provocado pelo senhor Presidente. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse ter tomado a decisão de retirar as ajudas de custo no âmbito das suas competências e que não provocou nada. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que estava apenas repor a verdade dos factos e que a decisão do senhor Presidente não tinha sido tomada no âmbito das suas competências. -----

----- O senhor Presidente disse que não aceitava o que a senhora Maria da Conceição estava a dizer e remeteu a sua resposta para a Ata onde esse assunto foi discutido, pedindo para se continuar. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que havia outra situação, que na sua opinião era ainda mais grave até do que a questão da suspensão das ajudas de custo, disse que tinha sido caluniada nessa Assembleia e que o senhor Presidente a tinha chamado de infratora. Disse que não tinha sido ela a atribuir as ajudas de custo a si própria e que a haver algum infrator, de acordo com a interpretação do senhor Presidente da Assembleia, seria o próprio executivo e não ela. Disse que esta situação exige, no mínimo, um pedido de desculpa. Disse que se o senhor Presidente da Assembleia não fizesse esse pedido de desculpa iria colocar-lhe um processo-crime. -----

----- O senhor presidente da Assembleia disse que estava tudo em Ata, perguntando em seguida se mais alguém se queria pronunciar. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que relativamente à questão da CADA lamentava muito que o senhor Presidente, por conveniência, tenha lido



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

apenas uma parte da carta. Disse que tinha recebido uma cópia da carta e que o senhor presidente tinha lido apenas a parte que mais lhe convinha. -----

----- O senhor Presidente disse que a carta era longa e que tinha lido apenas a conclusão. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que a conclusão refere-se apenas a uma coisa concreta, mas que pelo meio a comissão fez uma apreciação global sobre os direitos que a oposição tem que o senhor Presidente da Assembleia não leu. Disse que por várias vezes os eleitos da CDU pediram uma audição da gravação da Assembleia de setembro que inicialmente lhes foi negada, tendo apenas sido autorizada mais tarde. Disse que foram também negados por diversas vezes cópias de documentos que só agora, depois de terem recebido a carta da CADA, lhes tinham sido facultados. Disse que todas essas questões estão referidas nesse parecer e que o senhor Presidente da Assembleia leu aquilo que quis. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que a queixa apresentada pelos eleitos da CDU à CADA era intempestiva e perguntou se a senhora Maria da Conceição sabia o que isso queria dizer. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que sabia muito bem o que significava a palavra “intempestiva” e que no caso desta carta se referia a uma outra queixa apresentada pelos eleitos da CDU em julho. Disse que esta carta tinha uma série de recomendações ou de apreciações que mostram bem que muita coisa tem sido violada pelas apreciações feitas pelo senhor Presidente nesta Assembleia. -----

----- O senhor Presidente disse que a única coisa que a carta refere, diz respeito apenas à transferência do Perímetro Florestal do Baldio e que sobre isso já se pronunciou no início da sessão, voltando a dizer que os eleitos da CDU não poderão ter acesso a esse documento enquanto o mesmo não for um documento definitivo. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que não era assim e lembrou que o senhor Presidente da Assembleia disse em dezembro que se quisessem ver





## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

contas podiam ir à Junta de Freguesia consulta-las, dizendo que a afixação das contas é obrigatória. Disse em seguida que tinha sido dito pelo senhor Presidente, de uma forma enviesada que os eleitos da CDU tinham ido ao partido pedir pareceres, disse que o senhor Presidente não tem o direito de se referir dessa forma aos eleitos da CDU. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que referiu que “se calhar foram aos juristas do partido”. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que não tinham que estar a ouvir este tipo de insinuações. Disse que havia na sua bancada diferentes sensibilidades e que o senhor Presidente, enquanto tal, tinha que respeitar a todos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que ninguém tinha faltado ao respeito a ninguém. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que tinha sido dito pelo senhor Presidente da Assembleia que os eleitos da CDU tinham ido ao partido, que não tinham lido bem a lei porque referem na carta que enviaram sobre a marcação da Assembleia que não está entendido na lei de que é um direito do Presidente marcar o dia das Assembleias. Disse que o que o senhor Presidente da Assembleia leu a parte onde diz que cabe ao Presidente convocar a Assembleia. Perguntou em seguida ao senhor Presidente da Assembleia onde é que estava escrito na lei que era o Presidente a escolher o dia. Disse que o senhor Presidente da Assembleia diz as coisas de uma forma que ilude quem o ouve, dizendo que não pode fazer isso. Em seguida disse que em relação ao horário do pessoal, já tinha sido discutida na Assembleia uma proposta apresentada pelos eleitos da CDU, disse que na verdade nessa altura o Tribunal Constitucional ainda não se tinha pronunciado, disse que o que faltava neste momento era apenas regulamentar. Disse que o senhor Presidente da Assembleia referiu que esta era uma competência do executivo mas disse em seguida “eu não coabito” com esta situação. Disse que não tem





## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

que ser o senhor Presidente em nome próprio, a pronunciar-se, mas sim a Assembleia. Disse que o senhor presidente não era o órgão fiscalizador. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que não podia falar em nome da Assembleia e que neste caso tinha que falar em seu nome próprio dizendo mais uma vez “eu não coabito com ilegalidades”. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que enquanto Presidente do órgão fiscalizador deveria perguntar qual era a opinião dos restantes membros da Assembleia. Disse que gostaria que ficasse registado que os eleitos da CDU mantem a mesma posição de que as 35 horas devem ser repostas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que não era isso que estava em discussão e que a Assembleia para discutir se são atribuídas as 35 horas ou as 40 horas teria que ser no ponto diversos, dizendo que era onde este assunto cabia. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que concordava que o assunto fosse discutido no ponto diversos mas que o senhor Presidente tinha desde já emitido a sua opinião, dizendo que o mesmo estava a induzir os restantes membros. -----

### ----- **ORDEM DE TRABALHOS**-----

----- **Ponto 1: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 7 referente à sessão ordinária de 19/12/2014;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém se queria pronunciar relativamente à Ata. -----

----- Não havendo intervenções foi colocada à votação a Ata n.º 7 referente à sessão ordinária de 19/12/2014 obtendo a seguinte votação. -----

----- Votos a favor – 9; Votos contra – 0; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA N.º 7 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 19/12/2014.** -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- **Ponto 2: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 8 referente à sessão extraordinária de 30/01/2015;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém se queria pronunciar relativamente à Ata. -----

----- A senhora Nélia Marvão pediu a palavra começando por cumprimentar todos os presentes. Disse que gostaria de ver esclarecida uma dúvida relativamente à Ata n.º 8 para saber se iam aprovar a mesma ou não. Disse que havia uma declaração feita pelo senhor Presidente do executivo na sessão de 30 de janeiro que não consta em Ata. Disse que essa declaração era sobre a explicação dada pelo senhor Presidente do executivo sobre o concurso para admissão de pessoal realizado em 2012, em que houve um protesto que não foi aceite, disse que tinha sido um protesto de alguém que não apresentou provas de que tinha formação como jornalista mas que afirmou que tinha. Disse que na sua opinião e também dos seus colegas de bancada esta intervenção deveria constar em Ata, uma vez que se trata de uma declaração feita pelo senhor Presidente do Executivo. -----

----- A funcionária Cidália, responsável pela elaboração da Ata disse que essa declaração que refere a senhora Nélia foi proferida depois de encerrados os trabalhos. Disse que foi num momento em que todos os membros da Assembleia falavam ao mesmo tempo e que perguntou na altura se esta conversa era para constar em Ata, tendo sido respondido pelo senhor Presidente da Assembleia que não. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que na opinião dos eleitos da CDU esta informação era relevante, até para quem posteriormente quisesse concorrer. ---

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que tratando-se de uma conversa informal tida depois da Assembleia não deve constar em Ata. -----

----- A senhora Nélia Marvão perguntou se podia ser pedida essa alteração, uma vez que lhe parece importante que a mesma fique registada em Ata. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente disse que não pois trata-se de uma conversa informal que aconteceu já depois de encerrados os trabalhos, disse que se os eleitos quisessem pedir algum esclarecimento sobre este assunto, até para que conste em Ata, poderiam fazê-lo no ponto diversos. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que ninguém ouviu dizer que se tratava de uma conversa informal. Disse que foi o senhor Presidente que acabou de definir que essa conversa foi informal, disse que os eleitos da CDU entendiam que deveria constar. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que não podia ter duas posições diferente e que se na altura disse que não era para constar em Ata, não podia agora dizer que era para constar. -----

----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a Ata n.º 8 referente à sessão extraordinária de 30/01/2015 obtendo a seguinte votação. -

----- Votos a favor – 4; Votos contra – 4; Abstenções – 1. -----

----- **DELIBERADO, POR MAIORIA APROVAR A ATA N.º 8 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30/01/2015.** -----

----- **Ponto 3: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2014;** -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém se queria pronunciar relativamente aos documentos de prestação de contas do ano 2014. -----

----- A senhora Maria da conceição disse que relativamente às contas, tinham algumas apreciações a fazer, tal como os amigos da outra bancada também terão. Começou por dizer que não havia inventário, disse que apesar de na ordem de trabalhos o inventário estar num ponto separado o mesmo faz parte da apreciação das contas. Disse que os eleitos da CDU tem vindo a falar do inventário desde a primeira Assembleia e disse que não havendo inventario,



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

logo por si a ausência deste documento impede de fazer uma análise financeira correta das contas da Junta. Disse que não sabiam que património existia nem em que estado existia. Disse que não se sabia como é que os investimentos iam recair nesse mesmo património e que não se sabe mais nada a não ser as despesas que se vão fazendo. Disse que não havia relatório de gestão, mas apenas uma listagem de tarefas. Disse que os eleitos da CDU também têm vindo a referir desde a primeira Assembleia a falta deste documento, usando muitas vezes a expressão de que “os números não falam”. Disse que são apresentados os números mas os mesmos não são acompanhados de uma explicação, disse que não se sabe qual foi a estratégia da gestão para ter aquela apresentação de números. Disse que a falta destes dois documentos dificulta a análise financeira e que estes são documentos que vêm regulamentados na Lei 75 de 2013. Disse, relativamente ao saldo de gerência que o que se verifica desde a apresentação das contas de 2013 é que tem vindo a acontecer uma degradação das disponibilidades da Junta, dizendo que em 2013 se iniciou o ano com saldo de gerência de 61.100,00 € e que no final do ano havia um saldo de 564,00 €, com dívidas no valor de quase 50.000,00 €. Disse que no final de 2014 havia um saldo de gerência de 1.900,00 € com dívidas por pagar no valor de 8.257,00 €. Disse ainda que o valor das dívidas por pagar poderia ser muito superior se a Junta de Freguesia não tivesse feito em dezembro anulações de subsídios que estavam previstos e orçamentados para as instituições, dizendo que se tratavam sobretudo de instituições sociais e que o valor anulado totalizou 5.700,00 €. Disse que foram ainda analisar os documentos que a Junta de Freguesia remeteu para os eleitos da Assembleia já referentes a movimentos até 20/03/2015 e que verificaram que as dívidas totalizam 22.000,00 € com um saldo de gerência de 18.000,00€, dizendo que o mesmo não chega para pagar os valores em dívida. Disse que esta degradação tinha vindo a acontecer com alguma sistematização e que isso estava a deixar preocupados os eleitos da CDU. -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- Pediu a palavra a senhora Nélia Marvão que perguntou quanto é que a Junta de Freguesia tinha pago ao artista Mico da Câmara Pereira pela sua atuação na Feira do Vinho. Disse que na anterior Assembleia o senhor Presidente da Junta de Freguesia afirmou ter pago ao artista Mico da Câmara Pereira e aos guitarristas uma verba de 1.300,00 € e que na Ata n.º 7 da reunião do executivo é feita uma referência a um pagamento de 1.500,00 € à Comissão de Festas de 2015 para participação das despesas de atuação de Mico da Câmara Pereira e guitarristas. Solicitou esclarecimentos relativamente a este assunto. Perguntou também relativamente à verba atribuída à Banda Filarmónica pela sua atuação na Feira do vinho, dizendo que também na anterior Assembleia o senhor Presidente do Executivo disse que havia um acordo verbal para pagamento de 500,00 € à banda e que esse pagamento não está nas contas, nem pago, nem por pagar. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que havia mais alguns problemas com as contas, disse que o orçamento para 2014 tinha prevista uma verba de despesas correntes de 393.372,91 € e de despesas de capital 61.800,00 € perfazendo um total de 455.172,91 €, disse que na execução à uma alteração de valores que seria uma alteração da competência do Executivo se não fosse mexer nos valores das duas famílias, despesas correntes e despesas de capital, disse que neste caso teria que haver uma revisão e para isso essa alteração tinha que ir à Assembleia. Disse que na Execução aparece um valor de despesas correntes de 391.872,91 e de despesas de capital de 63.300,00. –

----- A funcionária Cidália disse que na sua opinião o procedimento estaria correto uma vez que se reforçaram as verbas de capital com verbas de corrente, não havendo aumento do valor global das despesas previstas. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que não estava correto e que sempre que existissem alterações que mexessem numa das duas famílias, corrente ou capital teria que se fazer sempre uma revisão e nunca uma alteração. -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- A funcionária disse que colocaria essa questão ao consultor, dizendo que na sua opinião cumpre-se a regra do equilíbrio orçamental, mas que se não for correto futuramente será corrigido. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que os eleitos da CDU tinham uma outra questão que lhes suscitava algumas dúvidas. Disse que havia uma Ata, sobre a qual provavelmente se iria falar, pois tratava-se da Ata sobre a qual tinham pedido audição, onde ficou mostrado que efetivamente aquilo que estava em Ata, não estava correto. Disse que uma das coisas que constava nessa parte que foi omitida, tinha a ver com uma referência de que os trabalhos na Fábrica Mercedes estavam a ser feitos pelo senhor Lameira, disse que nas contas não aparecia nada pago ao senhor Lameira, nem nada em dívida. Perguntou se o senhor Lameira tinha feito este trabalho de forma gratuita e disse que gostava de ser esclarecida sobre este assunto, uma vez que varias vezes foi referido que os trabalhos estavam a ser feitos pelo senhor Lameira, inclusive falou-se que teria sido ele a retirar o entulho e a transporta-lo para outro sítio. Disse que outra questão que também preocupava muito os eleitos da CDU era aquilo que se devia à Petroamareleja. Disse que se vai pagando a outros fornecedores como a atuação do Mico da Câmara Pereira, dizendo que não foi propriamente uma atuação, disse que se pagou a bebedeira e para curar a bebedeira. Disse que se a Petroamareleja, por qualquer razão, até por dificuldades próprias, deixar de fornecer as viaturas da Junta de Freguesia de Amareleja, as mesmas param. Disse, analisando as contas, que em 31 de dezembro havia cerca de 3.000,00 € em dívida à Petroamareleja e que em 20 de março já ultrapassava os 5.000,00 €. Disse que esta situação começava a ser preocupante, tendo em conta que o funcionamento da Junta tem muitas viaturas que dependem destes fornecimentos e da regularidade desses pagamentos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que gostaria de interromper, para se perceber a alusão que a senhora Maria da Conceição fez “pagou-se uma bebedeira e pagou-se para curar a bebedeira”, perguntou do que falava. –



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- A senhora Maria da Conceição disse que já na outra Assembleia se falou na atuação do Mico, dizendo que toda a gente teria ficado escandalizada na Feira do Vinho com o facto de o senhor ter que ser ajudado, quase ao colo, para sair do palco, disse ainda que o mesmo cobrou 1.300,00 €. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se a senhora Maria da Conceição estaria a querer dizer que o Mico da Câmara Pereira estaria bêbado. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que toda a gente viu. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se era a senhora Maria da Conceição que estava a dizer isso ou não. Perguntou se a senhora maria da Conceição estava a dizer que se tinha pago para o embebedar e para lhe passar a bebedeira. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que foram pagos 1.300,00 € ao senhor Mico e não se paga à Petroamareleja, disse que no estado em que ele fez a sua apresentação, que até tiveram que o ajudar para sair do palco. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que queria perceber o que a senhora Maria da Conceição estava a dizer, pois estavam numa Assembleia de Freguesia. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que o que estava a dizer era que tinham pago 1.300,00 € ao Mico, que fez uma exibição péssima, dizendo que tinha ouvido os comentários à volta e que toda a gente comentava esse facto. --

----- O senhor Presidente disse que assim sendo não estaria a falar de bebedeiras nem de nada disso, ao que a senhora Maria da Conceição respondeu que o senhor estaria bêbado, dizendo que até se teria enganado na letra. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que o que era certo era que se pagavam estes valores que acabou de referir, dizendo que ainda não estavam esclarecidos quem é que teria pago, se teria sido a Junta ou a Comissão de Festas, mas que entretanto havia um fornecedor da Amareleja que vê aumentar a sua dívida, sendo certo que se esse fornecedor a qualquer





## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

momento cortasse o fornecimento poria em causa o funcionamento dos serviços que a Junta de Freguesia presta à população. Em seguida disse que havia uma outra questão que poderia estar esclarecida no Relatório de Gestão, se este existisse, que tinha a ver com as despesas de pessoal. Disse que o documento que é apresentado pela empresa faz apenas uma análise dos gráficos e que a dada altura é dito que a rubrica das despesas de pessoal continua a ser a rubrica que mais pesa nas despesas da Junta. Disse que cabia no relatório de gestão explicar porquê. Disse que ao analisar as contas verifica-se que de facto no ano 2014 as despesas da família 01 aumentaram, mas que caberia no relatório de gestão dizer que também aumentaram porque o senhor Presidente da Junta passou a receber um vencimento, disse que eram estas explicações que podiam e deviam constar no relatório para melhor esclarecimento das contas. Disse em seguida que em determinada altura os eleitos da CDU tinham solicitado por escrito ao senhor Presidente do Executivo esclarecimentos sobre como eram feitas as consultas aos fornecedores, disse que na altura foi respondido pelo senhor Presidente que as adjudicações eram feitas em função dos orçamentos apresentados. Disse que ao analisarem as Atas das reuniões do Executivo tinham verificado que as adjudicações não eram feitas em função de orçamentos mas sim em função de um valor e de um fornecedor. Disse que esta questão de serem feitas consultas a vários fornecedores a ser verdade não constava em Ata e que poderiam estar a ser feitas consultas apenas a um fornecedor. Disse que colocavam esta questão porque só no primeiro trimestre de 2015 verificam, nos documentos que foram enviados pela Junta de Freguesia, que só de materiais de construção foram adjudicados até ao dia 20 de março 11.400,00 €, dizendo que à exceção de 1.600,00 €, estas adjudicações foram feitas apenas a dois fornecedores apesar de haver mais na Amareleja. Disse que parecia haver aqui favoritismo, pois um dos fornecedores fazia parte da lista dos independentes e o outro era irmão do senhor Secretário da Junta. -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- O senhor Alfredo Guerra perguntou qual era o montante da verba em causa, no que respeita à adjudicação feita ao seu irmão. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que o total dos dois perfazia um valor de 9.700,00 €, mas o António Calado Simões era de facto quem tinha o montante superior. Disse que no montante dos 11.400,00 € só 1.600,00 € é que tinham sido adjudicados ao senhor Nelson, disse que gostaria de deixar um chamada de atenção e disse que era preciso ter cuidado com estas situações, dizendo que quando se pede orçamento deve ser pedido a mais do que um fornecedor. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia pediu para não se entrar em diálogo e pediu à senhora Maria da Conceição para fazer um pouco de justiça, dizendo que o código dos contratos públicos diz que se pode fazer adjudicação direta até determinados montantes. Disse que aquilo que a senhora Maria da Conceição acaba de dizer é que havia obrigatoriedade da parte do executivo de pedir orçamentos a mais do que um fornecedor, disse que não havia essa obrigatoriedade e pediu à senhora Maria da Conceição para que deixe essa ressalva para as pessoas presentes perceberem. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que tinha sido gestora pública durante muitos anos, disse que podia ser feita adjudicação direta, mas o reparo que estava a fazer era em função de uma resposta que o senhor Presidente do executivo deu aos eleitos da CDU, onde disse que as adjudicações eram sempre feitas em função de orçamento, disse que se escreve uma coisa e se faz outra então e que assim sendo não se estaria a funcionar bem. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que o que lhe interessava era que as coisas estivessem a funcionar dentro da lei, disse que a Junta estava a fazer adjudicação direta e que o pode fazer perfeitamente. Disse que o executivo cada vez que assim o entender, e sendo a eles que cabe essa tarefa de executar o que é delineado na Assembleia, pode dentro da lei e do Código dos contratos públicos adjudicar os fornecimentos dessa forma. Em



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

seguida deu a palavra ao senhor Presidente do Executivo para que o mesmo pudesse exercer o contraditório. -----

----- O senhor Presidente do Executivo tomou a palavra começando por cumprimentar todos os presentes e dizendo que se soubesse que estaria tanta gente e que havia tantas duvidas teria pedido que a Assembleia se realizasse na Casa do Povo. Disse que iria responder a todas as dúvidas colocadas e que estava preparado para responder sobre qualquer questão e sobre qualquer matéria a quem quer que seja. Começou por falar na questão colocada pelo senhor Agostinho Caro, que tinha perguntado pelas razões que teriam levado o senhor Presidente da Assembleia a alterar a data da Assembleia extraordinária de janeiro. Disse que embora a questão não lhe tenha sido colocada a ele, mas para recordar o senhor Presidente da Assembleia lembrou que teria tido a ver com facto de o senhor Presidente ter tido um acidente. Disse que esta até era uma questão de somenos importância e que julga que terá sido enviado um email, como já atrás foi dito, a justificar essa alteração. -----

----- A senhora Maria da conceição disse que receberam um email com a informação da alteração mas que não trazia qualquer justificação, dizendo que todos tem que justificar. -----

----- O senhor Presidente do Executivo concordou e disse que a senhora Maria da Conceição como Gestora Pública também deveria explicar muita coisa que ainda não conseguiu explicar. Disse que no que respeita à dificuldade em pagar as Ajudas de Custo não foi ele que disse isso, mas sim o senhor Presidente da Assembleia, dizendo que não havia nenhuma dificuldade em pagar e que as Ajudas iriam ser pagas na sua totalidade. Em relação ao horário do pessoal disse que não lhe competia a si decidir sobre essa matéria, mas sim à Assembleia, dizendo que o Executivo estaria recetivo a cumprir o que fosse decidido. Falou no esclarecimento solicitado pela senhora Nélia Marvão relativo à Ata n.º 8 sobre os procedimentos concursais, pediu para que a mesma reformulasse a questão. -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- A senhora Nélia Marvão disse que relativamente à Ata n.º 8 respeitante à sessão de 30 de janeiro, o que os eleitos da CDU pedem é que conste em Ata a explicação feita pelo senhor Presidente do Executivo, no final da sessão sobre os procedimentos concursais anteriores. -----

----- O senhor Presidente do Executivo perguntou em que parte da Ata é que se encontrava essa explicação, pois não conseguia localizar a mesma. ----

----- A senhora Nélia Marvão disse que essa explicação não constava em Ata e era exatamente isso que os eleitos da CDU estavam a pedir. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que essa questão já estava esclarecida, que se teria tratado de uma conversa informal tida após a conclusão dos trabalhos. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que se fosse necessário poderia responder à questão e até com documentação se isso fosse necessário. Disse que estava disponível para responder sobre qualquer matéria, não só na Assembleia mas a qualquer cidadão dizendo que “quem não deve não teme”. Disse que estava na Assembleia para esclarecer tudo o que fosse necessário, dizendo que estava preparado. Disse que não era economista e que podia ter alguma dificuldade com as questões mais técnicas, mas que na sua opinião o executivo estava bem assessorado com as pessoas que trabalhavam na Junta e com a empresa de consultoria que presta serviços à Junta. Disse em relação ao inventário que era verdade que não tinha havido tempo de atualizar o mesmo, pediu desculpas e esclareceu que isso se devia ao facto de haver muito trabalho na Junta de Freguesia. Garantiu que na próxima Assembleia ordinária o Inventário seria apresentado e lembrou que quando chegou à Junta de Freguesia o último Inventário que tinha sido realizado datava do ano de 2002. Disse que isso não era desculpa e que assumia a responsabilidade de levar o documento à próxima Assembleia. Disse que na sua opinião o Inventário era da maior importância mas que não concordava com a afirmação da senhora Maria da Conceição, que disse que não havendo Inventário não se sabia de nada. Explicou em que consistia o



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

Inventario e disse que de uma forma generalizada toda a gente sabia o que existia na Junta, dizendo que no entanto era importante que existisse um documento e que esse documento estaria pronto na próxima Assembleia, nem que para isso os funcionários tivessem que deixar outras tarefas e até fazer algumas horas extraordinárias e algum trabalho ao fim de semana. Disse que a Junta de Amareleja era uma Junta com muito trabalho, falou noutras Juntas que nem funcionários administrativos têm, disse que a Junta de Amareleja estava com falta de pessoal, dizendo que até já tinha sido necessário deslocar um motorista para prestar apoio na secretaria. Respondendo à senhora Maria da Conceição e ao facto de a mesma ter dito na sua intervenção que não havia Relatório de Gestão, mas uma lista de tarefas, disse que provavelmente poderia haver um documento mais pormenorizado, mas que o documento existia. Disse que de acordo com aquilo que seria o seu entendimento e as suas capacidades e com a ajuda da funcionária tinha sido elaborado um relatório que se encontrava junto aos documentos referindo-se à página onde o mesmo se encontrava. Disse que a Junta estava a preparar um programa que iria dar uma ideia mais aproximada da gestão das Junta de Freguesia, nomeadamente naquilo que se refere ao pessoal e às obras que são feitas por administração direta. Explicou em que consistia esse programa e disse que na próxima prestação de contas já iriam aparecer os mapas com a informação relativa à aplicação. Disse que o seu executivo, ao contrário de outros que o antecederam, fazia as obras e os trabalhos por administração direta recorrendo ao pessoal e aos equipamentos da Junta de Freguesia, deu o exemplo da recuperação dos bancos de jardim e do abrigo de passageiros que se encontra instalado junto à Escola Básica Integrada e disse que eram tudo trabalhos realizados na oficina da Junta de Freguesia. Disse que o programa que está ser implementado pela funcionária, com a ajuda dos consultores, pretende esclarecer os valores que estão em causa quanto à mão de obra despendida, dando o exemplo da obra do Grupo Desportivo. Disse que o programa já existe, mas ainda não houve tempo de introduzir os dados, mas que também



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

teria que se arranjar tempo para isso, falou na questão das baixas de maternidade das funcionárias. Disse mais uma vez que estava disponível para esclarecer o que quer que fosse, disse que tudo poderá ser comprovado com documentos e referiu-se à DGAL e às exigências que nos últimos tempos têm surgido. Respondendo à questão apresentada pela senhora Maria da Conceição no que respeita ao aumento das despesas com pessoal, disse que o aumento não foi significativo. Congratulou-se com o facto da senhora Maria da Conceição ter puxado esse assunto e disse que se calhar em 2013 que foi ano de eleições até se gastou menos com pessoal do que em 2014. Disse que o que o preocupava muito era o desemprego na Amareleja e falou de alguns casos que lhe são relatados pelas pessoas. Disse que infelizmente estes casos não acontecem só na Amareleja e que era o país inteiro que estava na miséria. Seguidamente e em relação à questão colocada sobre o pagamento que foi feito ao Mico da Câmara Pereira, disse que o mesmo tinha sido feito através da Comissão de Festas, explicando em seguida que esta tinha sido uma forma que a Junta de Freguesia tinha encontrado para poupar alguma verba, evitando o pagamento do IVA. Falou na situação que o país atravessa, na cobrança excessiva de impostos e disse que neste momento o estado roubava as pessoas. Disse, em relação ao pagamento do Mico que a Junta tinha encontrado uma forma de fazer esse pagamento atribuindo uma verba à comissão de festas que posteriormente pagou a atuação em causa. Relativamente à diferença apontada pela senhora Nélia Marvão explicou que foram pagos 1.000,00 € aos fadistas, 300,00 € aos guitarristas e 200,00 € aos músicos de bolso. -----

----- A senhora Nélia disse estar esclarecida e disse que esta dúvida só terá surgido porque a Ata não era clara quanto a este assunto. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que não tinha qualquer problema em esclarecer os assuntos, disse que o que não gostava era que as pessoas fossem para as tabernas falar sobre essas questões quando podiam vir as Assembleia pedir os esclarecimentos que quisessem, dizendo que se o



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

espaço da Junta não fosse suficiente podia ir para a Casa do Povo ou até para o Regato se fosse necessário. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que já que o senhor Presidente falou no assunto, gostaria também de ser esclarecida relativamente ao local escolhido para a realização das Assembleia, perguntando porque é que umas vezes as Assembleia eram na Junta e outras vezes eram na Casa do Povo. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que quando há questões muito importantes e que a população deve saber marcava-se a Assembleia para a Casa do Povo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia lembrou o senhor Presidente do Executivo que este era um assunto que dizia respeito à Assembleia e remeteu para o artigo 14 da Lei 75 de 2013. -----

----- O senhor Presidente do Executivo relativamente à degradação das contas da Junta disse que não havia nenhuma degradação das contas, disse que se reparassem nos documentos que foram entregues com os valores lançados até 20 de março a Junta estava com um défice de dois ou três mil euros, tendo em conta o que se deve a fornecedores e o que existe em bancos. Disse que o ano de 2014 foi um ano em que se recuperou a situação financeira da Junta mesmo continuando a fazer obra, disse que isso deveria ser aplaudido e que era bom que daqui para a frente se trabalhasse como se tem trabalhado até aqui. Respondendo à intervenção da senhora Maria da Conceição que disse que foram retirados os subsídios às Associações, disse que foram anuladas as verbas porque se precisava de dinheiro noutras rubricas, dizendo que esta Junta de Freguesia tem apoiado todas as instituições à medida que é solicitado e dentro das possibilidades. Disse que quando a Junta conseguir contabilizar os valores das horas de trabalho, toda a gente iria ver o que a Junta tem apoiado as Associações dizendo que os valores do apoio dado em mão de obra são elevados, referiu verbas próximas dos 5.000 euros. Disse que estava satisfeito com isso e disse que na sua opinião era esse o caminho a percorrer, citou em seguida um provérbio chinês





## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

“não lhe dê o peixe, ensina-o a pescar”, dizendo que a Junta de Freguesia em vez de dar dinheiro faz as coisas. Quanto ao pagamento à SFUMA, disse não ter em memória o que se pagou exatamente mas que tinha ideia que já se teria feito esse pagamento. Solicitou esclarecimentos à funcionária, que disse que ainda não tinha sido feito. Disse que havia um acordo verbal que assim sendo ainda tinha sido cumprido. Disse que no entanto todos deveriam estar recordados das obras que se fizeram na sede da SFUMA e lembrou que a Junta de Freguesia colocou lá cinco ou seis trabalhadores durante mais de seis meses. Disse que se a Junta tivesse mais dinheiro já se teriam feito mais obras na SFUMA. No que respeita à questão do senhor Lameira, disse que falou realmente no senhor Lameira pois foi ele que executou a obra, mas esclareceu que os trabalhos foram adjudicados à empresa Obrosapiens no ano de 2013. Relativamente aos pagamentos feitos à Petroamareleja disse que já estiveram bastante mais atrasados, dizendo que no momento se devia apenas um mês, disse que isso era legal e que se podiam fazer pagamentos até 90 dias. Disse que os abastecimentos são sobretudo das viaturas do serviço de saúde e os serviços de reparação de viaturas, dizendo que a frota da Junta está velha e que requer muita manutenção. Quanto ao facto de a senhora Maria da Conceição ter referido que qualquer dia a Junta tinha que parar porque não pagava à Petroamareleja, informou que teria vinte fornecedores interessados em fornecer combustíveis à Junta de Freguesia. Disse que a senhora Maria da Conceição provavelmente não estaria informada acerca do que se passa, pois a senhora vem poucas vezes à Amareleja, disse que de vez em quando vem passear e aproveita para cumprimentar os amigos e que quando não se está muito presente às vezes há algumas coisas que passam ao lado. Disse que para informação da senhora Maria da Conceição a Petroamareleja neste momento vendia à Junta de Freguesia cerca de 80 % ou 90 % da totalidade dos combustíveis, dizendo que isso se devia ao facto de haver um colega de uma outra empresa que também abastecia regularmente a Junta de Freguesia que estaria com algumas dificuldades em assegurar os fornecimentos. Disse



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

que já tinha dado ordem para se fazer o pagamento de fevereiro e que depois desse pagamento ficaria em dívida apenas o mês de março que andaria à volta dos 2.000,00 €. Disse que nos dias que correm as empresas tem que dar algum crédito porque se não dificilmente sobreviverão e que é muito raro quem pague na hora, deu o exemplo da sua empresa e referiu o Alcaide de Valença que terá pago na hora a atuação da banda da SFUMA. Disse mais uma vez que as contas estavam equilibradas e que o importante era que a Junta fosse pagando e cumprindo as suas obrigações. No que respeita às bebedeiras, disse que naturalmente um indivíduo que está em trabalho não deverá estar alcoolizado. Disse que tinha estado sempre com o artista em causa e que não deu por este estar bêbado. No que respeita à exibição disse que há dias que as coisas correm bem e outros em que correm mal. No que respeita às despesas com o pessoal, disse que a Junta em vez de ter trinta pessoas a trabalhar, precisava de ter quarenta ou cinquenta. Disse que infelizmente isso não era possível e que as vagas não chegavam para todos. Disse que sempre que não se consegue trabalho para uns há pessoas que ficam descontentes. Disse que muitas vezes se comenta porque é que são sempre as mesmas pessoas a trabalhar e explicou que muitas vezes a Junta tinha que ter uma equipa com pessoas capacitadas, referindo-se concretamente a pessoas que consigam conduzir um trator, fazer um portão e outras tarefas. Disse que havia indivíduos que conseguiam ser mais polivalentes e que era preciso ter alguma segurança nesse sentido. Em relação ao seu vencimento, disse que todos sabiam que estava a meio tempo, mas que não faz só quatro horas por dia, dizendo que estava sempre disponível, que estava muito contente com aquilo que fazia e que era um prazer servir as pessoas. Disse que muitas vezes deixava de fazer as suas coisas pessoais para fazer as coisas da Junta de Freguesia. Disse que estava de alma e coração com a Junta de Freguesia e que o que era preciso era que quando saísse viesse outro presidente com a mesma vontade, a mesma garra e a mesma energia. Em relação às adjudicações de materiais de construção feitas à firma do senhor António Manuel Calado Simões, que



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

pertence à sua lista, disse que o senhor António Manuel era uma pessoa ótima e que provavelmente os eleitos da CDU também reconheceriam isso. Disse que a grande maioria das obras que a Junta tinha a decorrer usavam materiais para os quais a firma do António Manuel estava mais vocacionada, dando o exemplo da areia. -----

----- O senhor Alfredo Guerra solicitou à senhora Maria da Conceição para dizer quanto é que o seu irmão tinha recebido, disse que se falou numa verba global de 9.000,00 € mas que era bom que se esclarecesse, no caso do seu irmão qual o valor que estava em causa, dizendo que seria uma verba que rondaria os 300,00 €, disse ainda que a senhora Maria da Conceição induziu as pessoas em erro. -----

----- A senhora Maria da Conceição esclareceu que a verba em causa era de cerca de 400,00 €. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia depois de algumas exaltações pediu ordem. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que era importante que este assunto ficasse claro e perguntou porque é que a senhora Maria da Conceição ao englobar as verbas pagas a duas pessoas não tinham englobado por exemplo o António Manuel Calado e o Nelson. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia voltou a pedir ordem na mesa pedindo ao Executivo para continuar a exercer o contraditório. -----

----- O senhor Alfredo Guerra disse que a senhora Maria da Conceição estava mais preocupada em falar nas dívidas da Junta e perguntou porque é que a senhora Maria da Conceição não falava das dívidas da Câmara à Junta. Disse ainda que tendo sido a senhora Maria da Conceição uma gestora pública porque é que não justificava os 55.000,00 € que gastou no polo do INOVINTER. -----

----- A senhora Maria da Conceição pediu a palavra, o senhor Presidente da Assembleia pediu para que a mesma aguardasse enquanto o Executivo



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

concluísse o exercício do contraditório. Exaltaram-se novamente os ânimos e ouve uma acesa troca de palavras e de acusações de ambas as partes.-----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que em relação ao senhor Guerra recorda-se de o mesmo ter vendido à Junta de Freguesia algumas pedras mármore, referiu os cerca de 400,00 € dizendo que o valor não era significativo. Disse que em relação ao Tó Manel, a Junta gastava muita areia e muito tijolo e que era exatamente o bruto que ele vendia. Disse que o Nelson também vendia areia e tijolo, disse que havia questões que não tinha que revelar por uma questão de consideração pelas pessoas. Disse que havia pessoas que conseguiam com maior celeridade colocar os materiais nas obras e que muitas vezes havia essa necessidade. Disse que as adjudicações não foram e nem nunca seriam feitas em benefício de ninguém. Disse que no anterior mandato esta questão até tinha sido muito discutida e que até se dizia que ele próprio iria enriquecer à conta da Junta de Freguesia. Disse que quem estivesse na gestão da Junta de Freguesia é que teria que avaliar aquilo que em cada momento seria melhor ou pior para a Junta de Freguesia, dizendo que tinha que haver bom senso e sensibilidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se à senhora Maria da Conceição e relativamente à condução dos trabalhos, disse que se a senhora Maria da Conceição não estava de acordo ou não gostava da forma como são conduzidos deveria recorrer para o plenário. Disse que a senhora Maria da Conceição deveria acatar o que lhe estava a dizer. Disse ainda que se a senhora Maria da Conceição sentisse que estava a mais poderia retirar-se dizendo que quem conduzia os trabalhos era ele próprio. Em seguida deu a palavra à senhora Nélia Marvão dizendo que a mesma tinha falado na questão do acordo verbal com a SFUMA. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse estar esclarecida e disse que não tinha existido nenhum pagamento, existindo apenas um acordo verbal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que o acordo verbal tinha força de lei. Disse que já há algum tempo que se fala na Assembleia em



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

protocolar estas questões com o Associativismo, mas que isso teria que acontecer existindo vontade das duas partes, disse que enquanto não existisse protocolo escrito teriam que se fazer acordos verbais. -----

----- A senhora Maria da Conceição relativamente à intervenção do senhor Presidente da Assembleia disse que gostava de referir que essa coisa do “não se sente bem vá-se embora”, era incorreta. Disse que se discorda ou se acha que os trabalhos não estão a ser bem conduzidos tem todo o direito de emitir a sua opinião. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia respondeu que o direito era de recorrer para o plenário, dizendo que era isso que dizia na lei. Perguntou em seguida se mais alguém se queria pronunciar relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que tinha algumas dúvidas para colocar relacionadas com a prestação de contas. Referiu a página 25 e disse que havia uma verba paga de 1.650,00 € da rubrica do “Associativismo de Amareleja”, disse que entretanto era retirada a verba do Centro Social e da Creche Bem-me-quer, dizendo que gostava de saber onde foi aplicado esse valor. Perguntou também relativamente à rubrica “Alimentação – refeições confeccionadas” dizendo que apresentava um valor de 3.178,00 € e da rubrica “Alimentação-géneros para confeccionar” um valor de 1.065,00 €, perguntou para que serviram essas verbas. Referiu também a página 95, no Relatório de Atividades, dizendo que no ponto dois “Cultura Desporto e Tempos Livres” existe um item que refere uma - autorização para cedência do parque de merendas do Baldio das Ferrarias e zona envolvente para acampamento dos escuteiros, perguntou se era necessária autorização da Junta para acampar no Baldio, dizendo que o Baldio era de todos. Perguntou ainda no que respeita às verbas atribuídas aos Grupos Corais, porque é que não tinha sido atribuída nenhuma verba ao Grupo Coral Feminino, sendo que verificava no relatório a atribuição de uma verba ao Grupo Coral Masculino e também ao Grupo Coral da Sociedade Recreativa. Perguntou em seguida se os Caprichosos faziam



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

parte da SFUMA, ou se são eram um grupo independente, disse que esta dúvida prendia-se com o facto de no relatório, e na parte que se refere ao apoio dado à SFUMA, aparecerem várias referências a valores pagos aos Caprichosos. Disse que a mesma dúvida surgia relativamente às 4 Esquinas, uma vez que apareciam várias referências de pagamentos feitos ao grupo de sevilhanas “Passion Flamenca”, no item respeitante à Associação. -----

----- O senhor Presidente do Executivo, respondendo às questões colocadas pela senhora Nélia Marvão começou por responder à questão das autorizações para acampar no Baldio. Disse que neste momento ainda não estava nada regulamentado, disse que o Baldio sendo um local público também era privado, disse que o que se passa é que se vier um grupo de 1000 ou 2000 pessoas tinha que haver algumas regras. Relativamente aos escuteiros, disse que têm solicitado várias vezes autorização para acampar no Baldio e que a Junta de Freguesia tem autorizado mediante a garantia de deixarem tudo limpo e o pagamento do gasóleo do gerador para poderem utilizar os balneários. Disse que a utilização do espaço tem custos e que futuramente terá que ser regulamentada. Respondendo á questão das verbas pagas aos Grupos Corais disse que esta verba referia-se à atuação da Santa Maria e que na altura falou com o senhor Joaquim Grosso e combinou-se pagar uma verba única aos dois grupos uma vez que o Grupo Feminino estava desfalcado e iria atuar em conjunto com o Grupo Masculino. No que respeita aos Caprichosos disse que era melhor a senhora Nélia colocar essa questão à SFUMA uma vez quem estava de fora não sabia exatamente onde “começava um e acabava outro”, disse que havia a ideia de que pertenceriam pois tratava-se de um grupo de músicos e que inclusive até tocavam com alguns instrumentos da própria Banda Filarmónica. No que respeita às 4 Esquinas e ao grupo Passion Flamenca, disse que quem faz os pedidos são sempre as 4 Esquinas e que sendo uma Associação de cariz cultural poderá ter várias secções, assim como o Grupo Desportivo. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que quem geria os destinos do Baldio era a Junta de Freguesia e que por isso era à Junta de Freguesia que cabia dar as devidas autorizações, embora se saiba que o Baldio é do povo. Disse que no tempo do senhor Ramalho ela ia mais além, disse que o senhor ramalho enquanto presidente da junta arrogava-se como proprietário do prédio denominado Baldio das Ferrarias e fazia protocolos de cedência gratuitos como se o Baldio das Ferrarias fosse da Junta de Freguesia. Disse que era perceptível que alguém tinha que gerir o Baldio das Ferrarias que era do povo e que era o Executivo da Junta de Freguesia que tinha essa premissa. ----

----- O senhor Mário Campaniço disse que como tinha algum conhecimento de causa relativamente à questão colocada sobre as 4 Esquinas e a Passion Flamenca gostaria de deixar um esclarecimento. Disse que quando o grupo Passion Flamenca vai atuar e recebe caché é necessário emitir um recibo e que quem emitia esse recibo eram as 4 Esquinas, uma vez que o grupo não estava coletado. Disse que provavelmente também seria essa a situação dos Caprichosos. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia disse que ainda faltava esclarecer uma dúvida colocada pela senhora Nélia que tinha a ver com as refeições. Pediu à funcionária para esclarecer. -----

----- A funcionária disse que as despesas lançadas nestas duas rubricas estavam divididas por várias atividades mas que no Plano Plurianual de Atividades estava discriminado por atividade o valor que se tinha gasto em cada uma das rubricas. Remeteu para a página 77 e 78 do PPA. -----

----- Não havendo mais intervenções foram colocados à votação os documentos de prestação de contas do ano 2014. -----

----- Votos a favor – 5; Votos contra – 4; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR MAIORIA APROVAR OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2014 COM OS VOTOS CONTRA DOS ELEITOS DA BANCADA DA CDU.**-----





## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

-----  
----- **Ponto 4: Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Junta de Freguesia;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao quarto ponto para dizer mais uma vez que este ponto iria ser retirado uma vez que o inventário se encontrava desatualizado e que tal como o senhor Presidente do Executivo já tinha garantido o documento seria apresentado na próxima Assembleia ordinária. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que o Inventário que existia na Junta anterior ao que se elaborou em 2010 estava muito ultrapassado e que foi necessário elaborar o inventário quase do início. Disse que neste momento daria algum trabalho porque era necessário rever tudo mas que na sua opinião já se teria a vida mais facilitada. -----

----- **Ponto 5: Apreciação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao quinto ponto da ordem de trabalhos, perguntou se todos os membros tinham recebido a documentação (**Doc. 7**) e perguntou se alguém se queria pronunciar relativamente este assunto. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que este ponto já foi discutido nas contas. -----

----- Não havendo mais intervenções foi apreciada a informação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira. -----

----- **Ponto 6: Diversos;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao sexto ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém queria intervir. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que gostaria de ser esclarecida relativamente a uma polémica que na sua opinião teria confundido os



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Amarelejenses na última semana. Falou no placar publicitário colocado junto à rotunda com a publicidade do hipermercado Intermarché e perguntou se a junta teve ou não alguma coisa a ver com esta publicidade. -----

----- O senhor Presidente informou que deram entrada na mesa três documentos da bancada da CDU. Começou por ler o primeiro documento com uma “Saudação da Pascoa às famílias Amarelejenses” (**Doc. 8**). Em seguida leu o segundo documento com uma “Saudação – As portas que Abril abriu” (**Doc. 9**). Por fim leu o terceiro documento que consta de um “Relatório de Avaliação da CDU” (**Doc. 10**) que faz uma apreciação negativa relativa à observância do respeito pelos direitos e garantias do “direito de oposição”. -----

----- O senhor Presidente do Executivo respondendo à senhora Nélia Marvão disse, no que respeita aos placares publicitários do Intermarché colocados na rotunda, que tinha sido contactado por uma empresa que fazia a publicidade para esse hipermercado e que lhe teria sido solicitada autorização para colocar ali um placar tendo-lhe sido dito que no mesmo placar se faria publicidade à Amareleja. Disse que quando viu o placar colocado não concordou com a frase publicitária “vão a Moura que lá os combustíveis são mais baratos” e foi imediatamente retirar a parte que dizia respeito à Junta de Freguesia pois a Junta não se deve confundir com essa publicidade. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que realmente não fazia nenhum sentido e que a frase era até de muito mau gosto pois falava em inovação e progresso e depois mandava as pessoas ir comprar a Moura. -----

----- O senhor Presidente perguntou se mais alguém tinha alguma questão a colocar. -----

----- A senhora Maria da Conceição perguntou relativamente à audição da gravação respeitante à Ata n.º 6, que já em dezembro os eleitos da CDU tinham feito um reparo a dizer que a forma como as declarações estavam transcritas não era correta e que isso poderia levar a más interpretações. Disse que já tinham feito a audição e que tinham concluído que a forma como estava feita a transcrição não correspondia totalmente aquilo que estava na gravação.



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

Perguntou qual seria o tratamento que esse assunto iria levar. Disse que a segunda questão que queria colocar tinha a ver com a última Assembleia Extraordinária onde tinha sido aprovada a abertura de procedimentos concursais, disse que nessa Assembleia foi perguntado como é que seria feita a constituição do júri. Disse que tinham sido informados pelo senhor Presidente da Assembleia que o júri já se encontrava constituído e que essa informação teria sido publicada em Diário da República. Disse que tinham consultado o Diário da República e que isso teria dado origem a que os eleitos da CDU tivessem enviado uma carta, que não foi referida no ponto prévio, onde chamavam a atenção para o facto de o procedimento concursal que foi aprovado incluir mais uma referência que se refere ao Assistente Técnico, disse que isso, só por si, já implicaria a nomeação de um novo júri, o que daria origem a uma nova publicação. Disse que tinham verificado também que a composição do júri não estaria correta de acordo com a lei. Disse que ainda não tinham obtido resposta à carta que enviaram e disse que gostariam de saber em que ponto é que se encontrava este concurso. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que em relação à audição da gravação da Ata n.º 6 não tinha sido informado de nada e que por isso não tinha conhecimento das conclusões a que tinham chegado, disse que tinha apenas conhecimento de que tinha sido autorizada e realizada essa audição. Relativamente ao júri dos concursos disse que a questão não era bem como a senhora Maria da Conceição tinha dito, disse que o júri que agora estava constituído era para os concursos dos três Assistentes Operacionais, disse que relativamente ao Assistente Técnico ainda não havia nenhum júri constituído. Disse que o júri que estava constituído para os Assistentes Operacionais iria ficar conforme estava, disse que não concordava com a opinião dos eleitos da CDU e que na sua opinião estaria dentro da lei, dizendo que eram entendimentos diferentes. Disse que na questão do Assistente Técnico teria que se formar um novo júri, disse que essa questão ainda nem estava falada e que seria a Cityhall que estaria a tratar desse assunto, perguntou ao Executivo



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

se a mesma já se tinha pronunciado. Tendo sido respondido que já teria sido recebido um email com a resposta a essa questão. -----

----- O senhor Presidente do executivo disse que se iria cumprir a lei e que com mais ou menos dificuldade iriam arranjar alguém especial que fosse do agrado da CDU. Disse que iriam constituir o júri dentro do enquadramento que era feito pela CDU e que não haveria nada contra a legislação. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que gostaria de esclarecer a questão da audição, disse que os eleitos da CDU tinham feito a audição com a presença da funcionária Cidália por indicação do senhor Presidente da Assembleia, disse que tinham ficado com a convicção de que a dona Cidália faria a comunicação de tudo o que se tinha passado. Disse que não tinha ficado ciente de essa ser uma obrigação dos eleitos da CDU. -----

----- A funcionária confirmou a audição da gravação, disse que tinha ficado claro que a transcrição que tinha sido feita da gravação para a Ata não estava correta, mas que tinha ficado ciente de que os eleitos da CDU iriam enviar um email com essa informação. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que se tinha falado em enviar um email mas que tinha a ver com a correção do número da página que teria sido inicialmente indicada como sendo a página número 6 e que afinal a correção solicitada referia-se à página 36. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse não poder ajudar pois não tinha conhecimento de nada. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que sendo assim os eleitos da CDU fariam chegar uma carta com a informação recolhida. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão para o ponto diversos. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que no início da sessão teria sido remetida para o ponto diversos a questão da Ata n.º 8 referente à sessão extraordinária de 30/01/2015. -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que tinha remetido para o ponto diversos alguma dúvida que subsistisse, perguntou se a senhora Nélia queria perguntar mais alguma coisa. -----

----- A senhora Nélia disse que a informação com as declarações feitas pelo senhor Presidente do Executivo nessa sessão era pertinente para a Ata, mas o senhor Presidente da Assembleia já tinha dito que se tratava de uma conversa informal e que por isso não iria constar em Ata. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que o senhor Presidente do Executivo tinha remetido para este ponto as explicações sobre essa conversa.

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia ou não alguma dúvida e disse que tratando-se de uma conversa informal era óbvio que não deveria constar em Ata. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que gostaria ainda de prestar uma informação à Assembleia que na sua opinião era muito importante. Disse que a dívida da Câmara Municipal de Moura para com a Junta de Freguesia de Amareleja totalizava no momento 198.847,32 €. Disse que embora o protocolo tenha sido interrompido e estivesse ainda em tribunal, a Câmara devia as verbas da comparticipação da cobrança da água desde Julho de 2013, um valor de 25.062,00 €. Disse que do novo programa de apoio (PALC) ainda não tinha sido recebido nada e que a dívida já ascendia os 9.250,00 €, disse que esta deveria ser não só uma preocupação do Executivo mas de todos os Amarelejenses. Disse que muitas das questões discutidas, nomeadamente as dívidas a fornecedores poderiam ser resolvidas se estas verbas fossem pagas, disse que gostaria de ver um dia os eleitos da CDU votarem uma moção de indignação por este facto. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que podiam e deviam pronunciar-se sobre o que está em dívida mas não sobre o que estava em tribunal. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que tem vindo há muito tempo a dizer e a repetir este assunto, disse que antes era dada a desculpa da rescisão do Protocolo mas que agora com o novo protocolo que está em vigor



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

desde 2014 também não têm sido feitos pagamentos. Disse que as duas forças representadas na Assembleia deveriam unir-se e indignarem-se com esta situação. -----

----- A senhora Maria da Conceição pediu um esclarecimento e perguntou se dos cerca de 200.000,00 € que o senhor Presidente do Executivo referiu estava a incluir as verbas que estavam em contencioso, dizendo que o que estava em tribunal não poderia ser considerado dívida, uma vez que tinha havido uma rescisão do protocolo. -----

----- O senhor Presidente do executivo respondeu que sim e disse que se as outras freguesias receberam essas verbas e a Amareleja não recebeu na sua opinião deve ser considerado como dívida. -----

----- A senhora Maria da Conceição perguntou qual era o valor da dívida sem a verba do antigo protocolo. -----

----- O senhor Presidente do Executivo respondeu que era de 37.794.51 e que respeitava à água e ao PALC. -----

----- O senhor Mário Campaniço pediu a palavra e disse que a Câmara não pagava essas verbas porque não queria. Disse que a Câmara tinha acabado de adjudicar uma exposição em Moura por um valor de 75.000,00 €. Disse que andavam a fazer cultura com o dinheiro dos Amarelejenses, disse que o dinheiro que fazia falta à Amareleja para pagar a fornecedores era gasto em Moura em exposições de 75.000,00 €. Disse que todos os Amarelejenses deveriam ter conhecimento disto, disse que os eleitos da CDU vinham para a Assembleia discutir os orçamentos e cêntimos e que era bom que percebessem porque é que o dinheiro não chegava à Amareleja. Disse que a Câmara gastava o dinheiro e que não pagava estas verbas porque não queria pois tinha dinheiro suficiente para cobrir essas dívidas. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que gostaria ainda de prestar mais uma informação, disse que estranhamente no penúltimo Jornal “A Planície” tinha saído uma notícia com o título “Assembleia Municipal aprova Orçamento”. Disse que essa notícia era falsa e que o que tinha acontecido era



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

que tinha sido apresentada na última Assembleia Municipal uma primeira revisão ao orçamento de 2014 e que essa sim tinha sido aprovada. Disse que a Câmara estava a ser gerida por duodécimos. Disse que este tipo de notícias servia para iludir as pessoas. Disse que a Câmara tinha ainda feito um comunicado “embandeirado” que diz “CDU avança, oposição recua” dizendo que isso era enganoso. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos e deu a voz ao público. -----

----- A senhora Jorgelina Morgado dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia perguntou o que é que entendia ser um jornalista e que documentação é que achava que um jornalista deveria ter. Disse que esta sua questão tinha a ver com a conversa informal de que se falou na sessão, disse que sendo uma conversa informal tinha sido feita publicamente. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia respondeu que não sabia ao que a senhora Jorgelina se estava a referir pedindo desculpa por esse facto, pediu para ser mais concreta na sua questão. -----

----- A senhora Jorgelina disse que esse assunto já tinha sido falado na presente sessão e que tinha a ver com a Ata n.º 8, dizendo que terá sido levantada a questão dos concursos anteriores e se terá falado num jornalista sem formação. Perguntou o que é que o senhor Presidente da Assembleia entendia por um jornalista sem formação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que desconhecia o que a senhora Jorgelina estava a dizer e que não entendia a sua questão, perguntando se a mesma estaria a dizer que tinha sido ele a proferir tal afirmação. -----

----- A senhora Jorgelina disse que apenas tinha inquirido o senhor Presidente da Assembleia sobre o que entende ser um Jornalista sem formação, disse que tinha colocado uma questão direta e que não havia nada para entender. Disse que esse assunto tinha sido falado na anterior Assembleia e que já tinha percebido que o mesmo não iria constar em Ata. -----





## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- O senhor Presidente da Assembleia pediu para ser esclarecido e disse que continuava sem entender a questão que lhe era colocada. -----

----- A senhora Jorgelina disse que não tinha estado presente nessa reunião, mas que o assunto já tinha sido abordado na presente reunião. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia falou em “diz-que-diz” e disse que a senhora Jorgelina deveria ser objetiva nas perguntas que coloca à Assembleia. -----

----- A senhora Susana Valente pediu a palavra, disse que tinha ouvido falar de vários montantes que se diz que a Câmara do concelho deverá à Junta de Freguesia disse que ouviu falar em muitos valores diferentes e disse que quem estava a assistir ficava confuso, disse que gostaria de perceber afinal qual era o valor que estava em dívida e porquê. Disse que na realidade, por aquilo que tinha entendido e pelos vários documentos que tinha vindo a ler, haveria alguma recusa por parte do atual Executivo em assinar os protocolos com a Câmara dizendo que o mesmo teria inclusivamente abandonado as negociações. Disse que o Executivo vinha agora reclamar que estaria a ser roubado pela Câmara. Disse que a Câmara tinha iniciativas culturais mas que não lhe parecia que essas iniciativas tenham sido deduzidas daquilo que seriam as dotações orçamentais para a Freguesia. Disse que havia uma coisa que era importante referir sobre as freguesias e sobre a Amareleja, disse que a Amareleja era a freguesia do concelho que tinha a maior quantidade de receitas próprias. Disse que roubar era uma palavra forte e perguntou a que se referiam exatamente quando diziam que se estavam a roubar os Amarelejenses. Disse que não imaginava ladrões na Câmara de Moura a roubar as pessoas da Amareleja e que a Câmara de Moura tinha presentemente na Freguesia de Amareleja um conjunto de investimentos em curso que seria o mais avultado do concelho. Disse que na sua opinião não lhe parecia que se estivesse a roubar a Amareleja e que não concordava que uma exposição que se realize em Moura se traduza num roubo à Amareleja. -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que era verdade que a Amareleja era a freguesia que mais receitas tinha, mas que a senhora Susana Valente se tinha esquecido de frisar que a Amareleja também era a freguesia que mais contribuía para o concelho de Moura. -----

----- O senhor Presidente do executivo respondendo à senhora Susana Valente, disse que na sua opinião ninguém tinha nada a ver com o facto da freguesia de Amareleja ter muitas receitas ou não, disse que alguém estava preocupado com esse facto, disse que a Câmara de Moura tinha levado da Amareleja 16.000.000,00 € e que já os tinha gasto. Disse que esses valores eram da Central Fotovoltaica mas também do espaço que era da Junta de Freguesia. Falou em mandatários e disse que não tinha referido a palavra “roubar” mas sim “devem”, dizendo que ainda assim se alguém referiu essa palavra, quando o dinheiro não aparecia e era desviado para outros sítios, isso poderia ser considerado um roubo. Disse que em relação às dívidas tinha sido muito claro, disse que a Câmara deve desde julho de 2013 cerca de 25.000,00 respeitantes à rubrica da água e que no total, fora a tal dívida que está em tribunal, é que devia 37.794,00 €. Disse ainda que o total incluindo a dívida que estava em tribunal era de 198.847,32 €. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma dúvida. -----

----- A senhora Susana Valente disse que gostaria de saber a que se referem os 16.000.000,00 € enunciados pelo senhor Presidente do Executivo. Disse, relativamente ao termo roubar, que o mesmo tinha sido efetivamente empregue por alguém na Assembleia, dizendo que quando o referiu não tinha nomeado ninguém. Disse que também não tinha percebido porque é que a Junta de Freguesia de Amareleja não tinha procedido à assinatura dos protocolos com a Câmara, dizendo que tinha sido a única Junta de concelho a fazê-lo. Disse que gostaria de ser esclarecida relativamente a esta questão e que tinha conhecimento das tentativas de negociação da parte da Câmara. -----



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

----- O senhor Presidente do Executivo disse que a senhora Susana Valente manifestava na verdade muita ignorância, mas também muito atrevimento. Disse que quando não se sabia das coisas devia informar-se, dizendo que estava disponível para quando a senhora quisesse, lhe explicar tudo devidamente. Disse para a senhora Susana Valente não vir para a Assembleia tentar confundir quem quer se fosse. Disse que via na Assembleia muitos “outsiders”, que provavelmente não saberiam aquilo que se passava nas suas terras, mas que vinham para a Assembleia tentar saber de tudo. Disse que sabia exatamente o que se passava e disse que a senhora Susana Valente era uma mandatária do chamado Partido Comunista que estava na Assembleia para confundir as pessoas. -----

----- O senhor Mário Campaniço disse que iria tentar manter a calma, disse que estas questões mexiam muito consigo e com este movimento de Amarelejenses. Disse que neste momento e segundo o que estava já protocolado só no que respeita à questão da água já existia uma dívida da Câmara à Junta no valor 6.075,00 €. Disse que a Câmara tinha acabado de gastar numa exposição 75.000,00 €, dizendo que desconhece a importância da mesma pois não era apreciador de arte. Disse que na sua opinião e na opinião da sua lista, essa verba seria melhor aproveitada se pegassem nesses 75.000,00 € e pagassem a dívida que tem para com a Amareleja. Disse que se a Câmara tem o dinheiro e se pega nesse dinheiro e não paga aquilo que deve à Amareleja, não retirava a palavra que utilizou, voltando a dizer que a palavra correta para isso era roubo. Disse que na sua opinião isso era um roubo porque as pessoas já tinham pago a água à Câmara e a Junta ainda não tinha recebido o valor que lhe competia. Disse, relativamente aos investimentos que a Câmara estava a fazer na Amareleja, que era verdade que a Câmara Municipal tinha despejado na Amareleja 1.700.000,00 € na construção do pavilhão e na reabilitação da ribeira de Vale de Juncos, perguntou se sabiam quantos postos de trabalho tinham sido criados com este dinheiro, disse que não eram nenhuns e que a economia local não iria beneficiar nada com estes



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

investimentos que referiu. Disse ainda que na sua opinião esses investimentos não iriam satisfazer as necessidades da população e que eram investimentos mal feitos. Disse que gostava que ficasse o esclarecimento dizendo que a Câmara andava a gastar o dinheiro “nas nossas costas” em coisas que na sua opinião seriam supérfluas. -----

----- O senhor Tiago Batista pediu a palavra, disse que não alinhava com politiquices e que gostaria de deixar claro que não tinham partido nenhum. Disse que era o mais novo dos presentes e que por esse facto talvez fosse o que tinha mais acesso à tecnologia, disse ainda que não precisava de convites para ir à Assembleia pois ia às Assembleias desde os seus 21 anos. Perguntou em seguida quem é que mandava no Facebook do Posto de Turismo de Amareleja e quem é que tinha apagado os seus comentários. -----

----- A senhora Florbela Bonito disse que a página do Facebook do Posto de Turismo tinha vários administradores e que quem tinha apagado os comentários do Tiago tinha sido ela própria, disse que não tinha problema nenhum em assumir isso. Disse que não tinha sido propriamente pelos comentários do Tiago mas por outros comentários que também lá estavam que em nada engrandeciam a página do Turismo Amareleja, pois eram ofensivos. Disse que enquanto cidadã comum sentia-se lesada e para não causar mais polémicas decidiu apagar os comentários. Pediu desculpas e disse que tinha muita pena mas quando as pessoas não sabiam comentar sem ofender, seja familiares, seja terceiros, esses comentários tinham que ser apagados. -----

----- O senhor Tiago Batista disse que não tinha nada a ver com esses comentários a que a senhora Florbela se estava a referir e que não entendia porque tinham sido apagados os seus. -----

----- A senhora Florbela explicou que ao apagar uns comentários a partir daí tinha que apagar todos, dizendo que tinha apagado inclusivamente os seus. Disse que neste caso “pagou o justo pelo pecador” e pediu mais uma vez desculpa ao senhor Tiago. Disse que as pessoas às vezes não sabiam estar, que entravam em diálogos que nada tinham a ver com as postagens e que em



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

nada engrandeciam o Turismo Amareleja. Disse que a página estava ligada à plataforma do Turismo Alentejo, que tinha uma propagação muito grande, que era vista internacionalmente. Disse que havia comentários de cariz político e que quem estava fora não tinha interesse nesse tipo de informação, disse que as pessoas queriam era ver informação da terra, referindo-se concretamente a fotografias e eventos, dizendo que era isso que muitas vezes matava a saudade. -----

----- O senhor José Banha pediu a palavra, disse que era Amarelejense nascido e criado e que tinha estado uns anos fora. Disse que infelizmente já não era o mais novo dos presentes, mas que quando era novo também vinha às Assembleia. Disse que em tantos anos nunca tinha presenciado numa Assembleia o que estava a presenciar agora. Disse que gostaria de fazer um pensamento em alto e em bom som. Disse que quando a bancada da CDU era a “direção desta casa”, e o PS era oposição, nunca tinha havido polémicas nem problemas. Disse que agora havia problemas por causa do Posto de Turismo, dizendo que antes não existia. Disse que em todos estes anos nunca tinha visto uma Junta ser tão escarpelizada. Disse que nunca tinha visto nestes últimos 20 anos um orçamento ser visto ao pormenor do cêntimo. Disse que enquanto Amarelejense sempre pagou os seus impostos pelas finanças 299, dizendo que este código pertencia às finanças de Moura. Disse que sempre tinha contribuído para o per-capita do seu concelho. Disse que quando se falava em dinheiros estava a referir-se à distribuição de verbas, não que o país dá, mas aquela que é produzida no concelho. Disse que há oito anos atrás ninguém se questionava pela facto de termos um presidente de Junta que ia votar à Cruz de Pau ou à Amora de manhã e que à tarde vinha tomar posse à Amareleja. Disse que esse facto nunca tinha constituído um problema para os Amarelejenses. Disse que agora tudo era um problema, era um problema os comentários do Facebook que se apagavam, era um problema o placar que aparecia na rotunda e que imediatamente aparecia uma fotografia na alta tecnologia com comentários feitos às três ou quatro da manhã. Disse que



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

aquilo que via atualmente lhe fazia lembrar um filme, referindo-se à “Guerra dos Mundos”. Disse que a Amareleja parecia a Guerra dos Mundos pois estava a ser invadida. Disse que via na Assembleia pessoas de fora que passavam pela Amareleja ou eram eleitos da mesa, ou então estavam na Amareleja um ano ou dois mas que “falavam disto a potes”. Disse que gostaria de referir que até hoje o seu contributo tem sido sempre na Amareleja, dizendo que se fala muito em valores mas que muitos dos que falam descontam noutras finanças. Disse que gostaria de dar um exemplo, dizendo que era caricato ter um Presidente de Câmara de Moura que contribui para o per-capita de Mértola, disse que isso sim é que era triste. Disse que estavam perante uma invasão e que enquanto a CDU não tomasse conta novamente da Junta de Freguesia os que “aqui estão, estão desgraçados”. Disse que o que acontecia atualmente na Assembleia era extraordinário e que não acontecia há anos, ironizando disse “que o Presidente da Junta de Freguesia deveria ser o pior bandido que existia”. Disse que os outros Presidentes de Junta tinham sido todos bons e que até o senhor Manuel dos Inocentes, que na altura enquanto eleito pela CDU era bom, depois de pertencer à lista Independente, passou a ser um bandido, perdendo toda a credibilidade. Disse que na sua opinião as pessoas deviam assumir as coisas, disse que ouvia na Assembleia comentários de “bradar aos céus” e que na sua opinião os Amarelejenses é que “mandavam nisto”. Disse que os de fora falavam todos muito bem, tinham todos muitos argumentos e muitos estudos, mas que na sua opinião quem contribui para a Amareleja é que devia mandar nisto, e não os de fora. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia respondendo ao senhor José Banha, disse que era bom sinal pois significava que havia apetência pela “nossa terra”. -----

----- A senhora Susana Valente disse que tinha sido apelidada de outsider e que nessa qualidade gostaria de fazer uma pergunta à senhora Florbela. Disse que tinha sido falado na Assembleia que a CDU estaria a perseguir o atual executivo e que até um cartaz que apareceu na Amareleja tinha sido sinónimo



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

para virem à Assembleia os executivos da CDU levantar e fazer uma coisa terrível na Amareleja. Disse que também andava nas redes sociais e que tinham sido as próprias pessoas do atual executivo que se teriam mostrado mais indignadas dizendo que o cartaz seria atentatório para o comércio local. Disse que concordava com isso e que quem tinha comentado teria sido a senhora Florbela e o senhor Fachadas. Disse que ela própria terá reagido a esses comentários e terá escrito que uma vez que lá constava o nome da freguesia deveriam ser pedidas contas à freguesia. Disse que não estava errada quando fez o referido comentário pois afinal a freguesia de uma forma ou de outra tinha conhecimento, disse que se a freguesia deu autorização para se colocar um cartaz cujo conteúdo não conhecia, não poderia vir agora culpar as pessoas da CDU. Disse ainda que pelo facto de no cartaz constar o nome de uma empresa de Moura a Junta de Freguesia não deveria agora vir fazer chicana política com a Câmara Municipal de Moura. Disse que ainda sobre o “roubo” tinha a dizer que a Junta de Freguesia tendo dívidas públicas por aí, em vez de chamar o Mico da Câmara Pereira, que era cultura, também devia ter abdicado da cultura e ter pago as dívidas que tinha ao comércio local. Disse que de acordo com a apreciação feita pelo senhor Mário, se os de Moura deviam abdicar da cultura para pagar as dívidas, também os da Amareleja deviam abdicar, dizendo que na opinião do senhor Mário cultura seria uma coisa que não teria valor. Disse que quando havia dívidas nas lojas deveria ser feita uma gestão de pagar primeiro as dívidas e só depois chamar o Mico da Câmara Pereira. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que já há pouco tinha sido referido mas que iria referir novamente que as dívidas que a Junta tem ao comércio local eram dívidas a trinta dias e que a lei permitia dívidas a noventa dias dizendo que a senhora Susana Valente estaria errada no princípio da sua intervenção. Disse que as afirmações feitas pela senhora Susana Valente eram afirmações gratuitas e que visavam levantar alguma celeuma que não tinha nada que ser levantada pois o Executivo não estaria a praticar nenhuma





## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA**

ilegalidade. Convidou a senhora Susana Valente a documentar-se para tirar as dúvidas que tivesse. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente Assembleia, António Branco Angelino, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão eram zero horas e trinta minutos. -----

### **APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA**-----

----- A fim de produzir efeitos imediatos, foi deliberado por unanimidade aprovar em minuta o texto da deliberação dos pontos: um a três da Ordem de Trabalhos. -----

----- Para constar e devidos efeitos foi por mim, Cidália Maria Rita Guerreiro, Assistente Técnica da Junta de Freguesia de Amareleja, redigida a presente ata, sob a responsabilidade do 1.º Secretário Manuel Estevão Marques Martins, a qual vai ser presente a todos os membros com vista à sua aprovação e subscrição pela mesa da Assembleia. -----

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**1º. SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

**2º. SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_